

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África - CPIPETRO

REQUERIMENTO N.º 100, DE 2015
(Da Sra. Eliziane Gama e do Sr. Moses Rodrigues)

Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do ENERGIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 3º, do art. 58, da Constituição Federal – CF, a transferência dos sigilos fiscal e bancário e telefônico de todas as empresas do ENERGIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A, CNPJ nº 09.675.579/0001-67, no período compreendido entre 01/01/2005 até a presente data.

JUSTIFICATIVA

Entre os documentos que serviram de base para a prisão de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, há planilhas com registros de pagamentos de grandes empreiteiras brasileiras a empresas de fachada de Alberto Youssef, doleiro que se encontra preso sob a acusação de integrar, juntamente com Paulo Roberto Costa, uma quadrilha acusada de desvio e lavagem de recursos públicos da ordem de R\$ 10 bilhões.

Segundo reportagem do G1, DE 14/04/2014, uma agenda apreendida na casa do ex-diretor da Petrobras mostra que ele pretendia dividir as comissões que conseguisse de empresas para as quais ele fechava negócios. Conforme as anotações, parte do que ele receberia dessas companhias seria repartido com Raul Motta, dono da ENERGIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A, uma empresa de energia eólica, com sede no Rio de Janeiro. Suspeita-se que, em grande parte, esses recursos tenham sido desviados da Petrobras por meio do superfaturamento de contratos firmados entre a estatal e grandes empresas.

Assim, solicitamos a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa para que esta CPI possa investigar quais caminhos que o dinheiro desviado da Petrobras seguiu.

Sala de Reuniões, em de março de 2015.

Dep. ELIZIANE GAMA
PPS/MA

Dep. MOSES RODRIGUES
PPS/CE